

IC - Inquérito Civil n. 06.2022.00003267-4

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

**TAISE PEREIRA**, brasileira, solteira, estudante, inscrita no CPF sob o n. 076.898.449-10, residente e domiciliada na Rua Brusque, 620, Municípios, Balneário Camboriú, com endereço comercial no mesmo local, acompanhada do Dr. Rodrigo Cardoso Benvenuti, inscrito na OAB/SC n. 37758, ora **COMPROMISSÁRIA**, firmam o presente:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, do artigo 5º, inciso II, e do artigo 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor prevê como um dos direitos básicos do consumidor, em seu artigo 6º, inciso III, a informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

**CONSIDERANDO** que o artigo 18, §6º, inciso II do Código de

Defesa do Consumidor dispõe que são impróprios ao uso e consumo os produtos que estejam em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

**CONSIDERANDO** que o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor veda ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, a de colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

**CONSIDERANDO** que o art. 55, §1º, do Código de Defesa do Consumidor destaca que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 9.782/1999, em especial os artigos 6º e 8º, §1º e inciso XI, que conferem à ANVISA a finalidade institucional de promover a proteção da saúde da população, com a competência para regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor elenca, dentre os direitos básicos do Consumidor, a prestação adequada de informações, a proteção do consumidor contra publicidade abusiva e/ou enganosa e, ainda, a prevenção de danos patrimoniais e morais em face das operações de consumo, na forma do art. 6º, incisos III, IV e VI, todos do CDC;

**CONSIDERANDO** que *"é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços, de acordo com o §1º do art. 37 do CDC"*;

**CONSIDERANDO** que a referida conduta expõe o consumidor a evidente risco, em detrimento do art. 6º e 8º do Código de Defesa do Consumidor, podendo caracterizar, inclusive, o crime previsto no art. 66 do mesmo diploma legal:

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

**CONSIDERANDO** a instauração da Notícia de Fato n. 01.2022.00022894-2, para verificar suposta irregularidade na utilização de aparelho a laser para fins estéticos por diversos profissionais atuantes no Município de Balneário Camboriú;

**CONSIDERANDO** que naqueles autos foi apurado, por meio de fiscalização realizada pela Vigilância Sanitária Municipal, a existência de irregularidade na prestação de serviços estéticos pela pessoa de **Taise Pereira**, nos seguintes termos:

7) TAISE PEREIRA: Rua Brusque, n. 620 – Municípios – Balneário Camboriú-SC.

Situação encontrada: em 22/07/2022, às 14h30min, a equipe evidenciou que a profissional possui um espaço especializado em micropigmentação. O local não possui Alvará Sanitário, cuja exigência foi solicitada por meio de Auto de Intimação.

Segundo a autuada, para realizar tal atividade, a profissional aluga um aparelho a laser da empresa ASP Saúde de Florianópolis/SC sem a formalização de contrato (não foram apresentadas informações adicionais da empresa locadora). Ocorre que a equipe constatou a existência de um aparelho a laser sem qualquer identificação e sem registro na ANVISA, cujo equipamento a autuada relatou que utiliza para peeling de Hollywood. Entretanto, a equipe evidenciou tratar-se de um equipamento a laser que é utilizado para remoção de tatuagem/micropigmentação em virtude das características e acessórios encontrados junto ao equipamento (o aparelho encontrado, inclusive, confere com uma das imagens constantes na demanda advinda da 6ª Promotoria de Justiça). Diante disso, o equipamento e os acessórios foram interditados como Medida Cautelar, por colocar em risco a saúde de terceiros/usuários, sendo que a autuada ficou como fiel depositária dos itens interditados.

Ainda, a equipe evidenciou que no local são realizados procedimentos invasivos – aplicação de produtos injetáveis (toxina botulínica, preenchedores a base de ácido hialurônico, bioestimuladores, etc) sem responsável técnico habilitado para tal. A autuada mencionou que um odontólogo eventualmente atende no estabelecimento para aplicação das referidas substâncias, entretanto, não apresentou certidão de responsabilidade técnica. Diante disso, por conta da falta de profissional responsável, a atividade de estética com produtos invasivos/injetáveis foi interdita e os respectivos produtos injetáveis foram apreendidos, ambos como Medida Cautelar, por colocar em risco a saúde de terceiros.

**CONSIDERANDO** que o uso de aparelhos não submetidos à análise e autorização por parte da ANVISA pode implicar em danos à saúde dos consumidores, em especial queimaduras, tendo em vista tratar-se de equipamentos a laser com fins estéticos;

**CONSIDERANDO** que no tocante à cadeia de responsabilidade dos fornecedores dispõe o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 14: "*O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos*".

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a adequar o exercício de suas atividades, mediante atendimento de todas as exigências apresentadas pela Vigilância Sanitária Municipal, em especial para obtenção do Alvará Sanitário, e abstenção da realização de procedimentos invasivos sem a existência de responsável técnico, inscrição no devido conselho de classe (CRM, CRO, CRF, etc), e profissional habilitado para tanto;

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

**CLÁUSULA 2ª** - A compromissária compromete-se, a partir da assinatura do presente termo, a abster-se de ter, manter em depósito, utilizar, adquirir, negociar, ofertar, quaisquer equipamentos, medicamentos e/ou insumos destinados às atividades estéticas sem o devido registro na ANVISA.

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 2ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento cada constatado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição

de Bens Lesados – FRBL.

**CLÁUSULA 3ª** - Caso opte em continuar com a oferta de serviços de "remoção de tatuagens e despigmentação", deverá providenciar a locação/aquisição de equipamento devidamente registrado na ANVISA, observando as condições de manutenção/calibração preventiva.

**Parágrafo único:** O descumprimento da cláusula 3ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa por evento constatado (por cada constatação) no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

**CLÁUSULA 4ª** - A compromissária compromete-se a pagar, a título de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 2 (dois) salários mínimos, em oito parcelas, com vencimento em 30 dias a partir da assinatura do presente termo, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça;

**CLÁUSULA 5ª** - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 6ª** - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 7ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 8ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de

igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 05 de agosto de 2022.

**Alvaro Pereira Oliveira Melo**  
**Promotor de Justiça**

**TAISE PEREIRA**

**Dr. Rodrigo Cardoso Benvenuti**  
**OAB/SC n. 37758**